

Resenha

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

Nova História Militar de Portugal

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira

Doutorando em História pela UFF e mestre em História Social pela UFRJ, é autor do livro Os Índios na História da Aldeira de São Pedro de Cabo Frio. Além disso, é Professor da Universidade Veiga de Almeida.

Resenha de HESPANHA, António Manuel (Coordenação). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

Desde o período clássico, em que os gregos começaram a produzir uma literatura, a que chamaram de História – que evidenciava seus feitos heroicos (mitológicos ou reais), com a descrição de suas batalhas e de suas guerras –, até o século XXI, a escrita da história sofreu várias modificações. Com o surgimento da “Escola dos Annales”, em 1929, na França, tais alterações se tornaram cada vez mais rápidas e inovadoras, fato que culminaria na denominada “Nova História”.¹ Essas, por sua vez, trouxeram novos ares à disciplina, inaugurando novos campos, como por exemplo a história política e a história econômica. Todavia, para o que nos interessa aqui, queremos destacar a “Nova” história militar, particularmente a coleção *Nova História Militar de Portugal*, sob direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, que em seu segundo volume, dedicado ao período moderno, fora coordenada por António Manuel Hespanha, contando com a participação de mais oito autores.²

No prefácio da obra, Hespanha já evidenciava que se procurou dar uma renovação à história militar portuguesa, não apenas com a abordagem de novos assuntos, mas, igual-

mente, com a ênfase de temas tradicionais a partir de metodologias novas. Neste sentido, a ideia é buscar um entrelaçamento entre a história militar portuguesa e a história da formação do Estado moderno luso.³ Desta feita, grande atenção, então, foi dada à análise da relação que Portugal estabeleceu com a chamada “Revolução Militar” do século XVII,⁴ em especial as inovações que se introduziam nos campos de batalha:

*(...) novas tecnologias da guerra – terrestre e naval –, o novo conceito de disciplina, as novas modalidades de enquadramento e direcção de grandes massas humanas, as novas exigências financeiras, os novos componentes científico-técnicos da formação militar.*⁵

Desse modo, um dos grandes feitos do livro é o de estabelecer um diálogo com a produção europeia mais recente, tanto com uma historiografia mais ampla como a militar, sobretudo a que se debruça na análise da formação dos Estados modernos. Assim, podem ficar evidente para o leitor as especificidades lusas.

¹ Mais detalhes acerca das características destes modelos historiográficos podem ser obtidas em DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

² Além do próprio coordenador, escreveram Rui Bebiano, Fernando Dores Costa, Francisco Contento Domingues, Manuel Lobato, Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Puntoni, José Damião Rodrigues e Vitor Rodrigues. Pelo fato deste texto ser uma resenha, iremos nos deter apenas nas questões centrais que foram abordadas por Hespanha e Costa no prefácio e na conclusão.

³ Por isso, vamos nos concentrar na relação entre estes dois campos, o militar e o político, como denominamos a formação do Estado moderno luso.

⁴ A referência mais utilizada a respeito desta Revolução é o livro de PARKER, G. *The Military Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 9TH Ed. Em português, indicamos CIPOLLA, C. *Canhões e velas na primeira fase da expansão europeia (1400-1700)*. Lisboa: Gradiva, 1989.

⁵ Cf. HESPANHA, António M. (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 7.

Entre essas particularidades, o coordenador da obra destacou o modo como a população se envolveu nas batalhas e guerras em que Portugal participou. Os lusos se mostraram bastante arredios a elas, fugiam do recrutamento e havia grande número de deserção dos soldados. E aqui temos um exemplo de como a “Nova” história militar pode ser trabalhada de forma inovadora. A explicação buscada para os fatos citados não fica restrita à questão militar. Procura-se dar uma visão mais acurada e refinada dos problemas, no que diz respeito aos conceitos, além, é claro, de contextualizá-los dentro das conjunturas específicas de cada guerra. O caminho a ser seguido, portanto, foi fugir do anacronismo, presente numa historiografia militar tradicional, que insere na modernidade ideias que só surgirão posteriormente e que estão ligadas ao aparecimento do nacionalismo no século XIX, a saber: “nação em armas”, “exército nacional” ou patriotismo. Neste sentido, amplia-se o olhar para além dos conflitos bélicos propriamente ditos, que, no entanto, não são descartados.

Por outro lado, pretende-se introduzir conceitos da época que, até então, foram negligenciados, como a “guerra justa” contra os infiéis; o “serviço de mercês” e a necessidade de retribuição deste por parte da coroa; e a presença de clientes e das relações pessoais e hierárquicas da sociedade estamental.

Hespanha, na introdução do livro, começa a problematizar primeiramente sobre o que teria sido a Revolução Militar do século XVII, objeto abordado por Michael Roberts, em 1956. Este defende que haveria ocorrido uma mudança tecnológica e de infraestrutura no modo de se fazer a guerra.⁶ Hespanha questiona a posição deste autor ao se apropriar do trabalho de Parker, que demonstra que a Espanha teria aderido à Revolução Militar aproximadamente cem anos antes, com a utilização intensiva da artilharia, renovação da arquitetura militar e a criação de novos modelos administrativos e financeiros.

O coordenador do volume lamenta que os dois autores citados não problematizem

acerca do envolvimento luso nesta Revolução, pois por meio da comparação se poderia refinar melhor tal conceito. Para Hespanha, Portugal apresentava uma especificidade que era a própria guerra ultramarina, com o uso de artilharia na guerra naval, a fortificação, a administração e a “logística de uma guerra longínqua, o sistema de ordenanças ou mesmo a criação de impostos militares”.⁷ Com características bastante exóticas, o modelo de guerra primava por seu componente naval de traço anfíbio e pelo apoio da artilharia embarcada. Assim sendo, não teria participado destas inovações militares no século XVII. Deste modo, se os dois autores citados não cotejam Portugal aos demais países europeus, Hespanha o fará; todavia, sua preocupação se assenta nas mudanças introduzidas por esta Revolução naqueles espaços.

A mais importante transformação fora a introdução das armas de fogo, como o arcabuz e o mosquete (que substituíam o arco). Estes armamentos alteraram a distribuição das tropas no campo de batalha assim como a tática utilizada. Em Portugal e no espaço ultramarino também foram utilizadas. Desta feita, as especificidades técnicas destas armas, que demandavam muito tempo para serem novamente carregadas e postas em uso, precisavam de uma maior disciplina e treinamento por parte dos Exércitos, para que a ação se tornasse mecânica, automática e rápida. Por isso, toda uma literatura fora escrita e um conjunto de ações-padrão fora pensado. Para dar os comandos e instruir estes soldados, passou a ser necessário um corpo intermediário entre os oficiais e os soldados; surgiam, então, os suboficiais. A artilharia se tornava tão vital que era um dos fatores que possibilitaria o domínio luso, durante o século XVI, do mundo ultramarino, devido ao modo como foi adaptada aos seus navios.

O crescente uso desta artilharia trouxe o problema de como abastecê-la. Era preciso que se produzissem as munições e as armas. Para isso, metais deveriam ser extraídos da natureza; uma rede comercial era ne-

⁶ A Revolução teria começado na Suécia e chegado à Holanda, o que permitiu aos batavos vencerem os espanhóis, que se mantiveram adeptos ao modelo conservador.

⁷ HESPANHA, *op. cit.*, p. 9.

cessária para abastecimento dos Exércitos; além disso, era fundamental a manutenção de soldados, que aos poucos tornavam-se profissionais. Assim, a guerra se transformava em uma arte cada vez mais específica e especializada, de modo que seus participantes careciam de treinos, de escolas preparatórias, de mapas, de conhecimentos matemáticos, de literatura militar, etc.

O conhecimento por parte dos portugueses era adquirido nos campos de batalha por meio da experiência. Até mesmo porque as batalhas lusas no ultramar não utilizavam a tecnologia europeia e sim outro método, oriundo das guerras de guerrilhas, típicas de cada área colonial, como, por exemplo, a “guerra brasílica” em Pernambuco. Destarte, este era basicamente o único saber daqueles soldados, que marcadamente eram indisciplinares. A insubordinação estava presente em todos os níveis do Exército, tanto nos oficiais como nos soldados. Os primeiros se filiavam ao ideal da cavalaria, negando o comando militar a qualquer pessoa que não fosse o próprio rei, enquanto os segundos não tinham uma formação militar.

No que diz respeito à disposição e distribuição das tropas, a cavalaria perdia espaço para a infantaria, que se torna cada vez maior. Todavia, o prestígio social dos cavaleiros era demasiado importante, o que também ocorreu em Portugal, onde eram considerados nobres.

As necessidades da guerra de Restauração portuguesa, a partir de 1640, levaram a composição de Exércitos permanentes. Desta feita, uma nova maneira de recrutamento fora pensada. Não se podia mais utilizar como soldados os chamados “filhos-família”, que tinham a função de dar continuidade às respectivas linhagens. Era necessário compatibilizar a vida civil com a vida militar. Por isso, o recrutamento deveria incidir sobre os “desobrigados”, pessoas afastadas ou deslocadas dos laços clientelares da sociedade. Tal fator dificultava a imposição de disciplina a estes indivíduos já que eram “marginais” à sociedade, posto que eram “amancebados”, “desgovernados de seus bens”, frequentadores de bordéis,

etc.⁸ Logo, a linha que dividia os soldados dos vagabundos era muito tênue ou não existia. Era necessário que os mantivessem nos quartéis ou nos próprios presídios, afastados da vida civil e social. O problema ainda era maior devido aos constantes atrasos nos soldos que levavam os soldados a praticarem mais desordens, como saques e roubos.

Outra inovação no seiscentos fora o crescimento dos efetivos devido aos conflitos entre os Estados, o que tornava vital um instrumento de recrutamento mais eficaz. Nas regiões de vanguarda, o recrutamento passou das hostes senhoriais ou dos concelhios para a conscrição, o que não ocorreu em Portugal, onde era capital a influência que o senhor de terras ou o donatário possuía como capitão de seu senhorio. Este não era obrigado a servir com um número determinado de soldados, mas o costume o levava a dar uma quantidade de pessoas correspondente aos vassallos que estavam sob sua alçada, diferentemente do senhor feudal clássico, que era compelido a servir ao rei com um número predeterminado de homens.

Para as tropas concelhias, do meio urbano, as coisas foram mais traumáticas. As Ordenanças, como eram chamadas, comandadas pelos capitães de infantaria ou de cavalaria, enfrentavam problemas no recrutamento de suas fileiras. O processo, muitas vezes, fora feito à força, sobretudo quando incidia sobre aqueles indivíduos que compunham as camadas “marginais” da sociedade. Somente na segunda metade do século XVII é que o recrutamento começava a ganhar feições mais modernas, prevalecendo, contudo, grandes deserções, que eram igualmente comuns na Europa.

Problemas não faltavam. Dessa maneira, o aprovisionamento de armas se constituía um deles. Depois que Dom Sebastião, em 1570, criou as Ordenanças, o que obrigava cada pessoa a ter a sua própria arma, de acordo com o seu status social, percebeu-se que faltavam tais instrumentos no Reino. Logo, haveria de se pensar uma maneira de introduzi-los em Portugal. Os comerciantes, então, passavam a ser imprescindíveis, já

⁸ Idem. *Ibidem*. p. 22.

que eram obrigados a ter estas mercadorias em número suficiente para a venda.

Um melhor gerenciamento da parte financeira se tornava mais urgente e necessário. Destarte, *pari passu* à Revolução Militar, ocorreu uma Revolução Financeira, posto que era vital que se disponibilize mais dinheiro, em menos tempo e de modo mais eficiente, para a montagem dos Exércitos. Assim, houve uma reorganização do sistema fiscal luso para financiar as operações militares tanto no Reino como nas conquistas. Abria-se caminho para novos agentes sociais, como contratadores, agentes financeiros e comerciais que iriam lidar com estes impostos, tanto na cobrança da população como no adiantamento que faziam para o Estado, o que possibilitava por parte deste um fluxo regular de dinheiro.

E, por fim, a guerra de Restauração levava a uma nova distribuição dos efetivos. A atenção se deslocava do litoral para o interior. Naquela conjuntura, o possível invasor passava a ser o espanhol que viria por terra e não mais os corsários marroquinos, ingleses ou holandeses que poderiam aportar pelo mar.

Todas estas características militares apontadas causaram mudanças no sistema político europeu. Desta feita, Hespanha apontou seis relações entre sociedade civil e militar. Primeiro o aumento do poder estatal, internamente e externamente. Internamente por concentrar poderes nas mãos do monarca; externamente, por permitir que estados pequenos, mas com Exércitos fortes, continuassem as vias diplomáticas por outros meios, pela guerra, ideia retirada de Clausewitz. Segundo, a criação de uma unidade orçamentária e fiscal, fruto da necessidade de uma melhor gerência dos excessivos gastos militares. O Estado passou a contar apenas com um fundo financeiro, ou seja, uma unidade orçamentária, abandonando "pluralidade de tesourarias e de cofres".⁹ Por outro lado, interveio com mais frequência na questão fiscal, gerando uma burocracia mais organizada. Terceiro, o desenvolvimento tecnológico da guerra e de uma organização mais racional influenciou nas demais tarefas estatais. Muitos

militares começaram também a servir ao Estado na esfera civil. Quarto, a crescente necessidade de disciplina por parte dos Exércitos facilitou a naturalização e aceitação de uma sociedade com hierarquias fixas e com comandos centralizados, o que acabou refletindo no sistema político do Antigo Regime. Quinto, o conjunto de normas da guerra moderna levou a formulação de uma ética política, com regras bem definidas, apesar da obra de Maquiavel. O código de honra militar gerou normas laicas, que condenavam mentiras e valorizavam o direito e a justiça. Sexto, desenhou-se um quadro político no qual os militares passam a ter grande importância.

No entanto, nem todas estas características chegaram integralmente ao mundo luso. Vejamos como Hespanha explica a particularidade de alguns destes processos. Em Portugal, a montagem de Armadas para o oriente, no início do século XVI, fora vital, já que seria a presença militar nas Índias que permitiu o controle das rotas comerciais daquele espaço. As conquistas naquele lócus, com suas rotas mercantis e as terras conquistadas, só se mantiveram enquanto foi possível a existência de uma Armada forte. Quando Portugal deixou de ser uma potência marítima, no século XVII, suas possessões ficaram vulneráveis, como atestam as invasões estrangeiras no Atlântico Sul. A manutenção destas Armadas fez com que o dinheiro fosse destinado à defesa do ultramar; em contrapartida, a costa europeia permaneceu repleta de corsários.

No que diz respeito às forças terrestres, houve graves problemas. As Ordenanças eram mal equipadas e foram um obstáculo à centralização monárquica, na medida em que permitiam grandes poderes aos senhores locais. Igualmente, disputavam poder com a tropa profissional da coroa. Mesmo após 1640, com a introdução de um Exército profissional mais consistente, este não conseguiu se impor frente aos poderes periféricos.

No campo da literatura também ocorreram inovações, inspiradas, sobretudo, em modelos racionais, que versavam sobre a organização da milícia; sobre a estratégia militar; e meios de financiar as batalhas. Procurou-se incentivar indústrias ligadas à

⁹ Idem. *Ibidem*. p. 359.

guerra e a interesses estratégicos, em especial, à construção naval. A engenharia militar conheceu um grande desenvolvimento, particularmente na arquitetura ligada à urbanização utilitarista.

Passava-se a adotar a noção de “guerra justa”, mas não mais ligada à religião, e sim a um processo de laicização da guerra. As alianças com infiéis eram permitidas, desde que o Reino estivesse ameaçado e necessitando desta aliança, que, no entanto, deveria ser elaborada sem nenhum “escândalo”. A guerra deveria respeitar a honra e, antes de declarada, averiguar-se-iam as suas causas para que se declarasse a sua justeza, aspecto de competência dos conselheiros do rei.

Mas não havia um disciplinamento da tropa, tanto que lhes era permitido fazer o saque, quando não recebiam soldo e quando retomavam os próprios bens que haviam sido roubados. Portanto,

Como conclusão geral, poder-se-ia dizer que, ao contrário do que acontece em estados como o Piemonte, a Dinamarca ou a Suécia, a guerra e a instituição militar não se apresentam, em Portugal, como factores decisivos de estabelecimento de um novo modelo político. Embora possa ter contribuído com

elementos que lhes são funcionais, como acontecerá, sobretudo, no campo financeiro.¹⁰

Fernando Dores Costa, complementando a conclusão de Hespanha, destacou algumas especificidades lusas, em especial sobre o modelo francês.¹¹ Das quais destacamos a opção de se manter neutro frente aos conflitos existentes na Europa e a imposição de obstáculos, por parte da sociedade, a uma centralização e à administração régia.

Por outro lado, Costa sublinha a importância dos ofícios militares como canal de integração dos espaços coloniais ao Reino, ao mesmo tempo, em que destaca a importância destas regiões para a ascensão social de nobres não titulares, por meio da carreira das armas, devido aos serviços prestados à coroa.

Deste modo, a obra, a nosso ver, cumpre com a sua proposta inicial, que reflete a ideia da chamada “Nova” história militar, que é a de permitir um novo olhar sobre a história militar. Neste sentido, a busca de um diálogo com os outros campos da história, a exemplo da história social e da história econômica, torna-se fundamental. Um diálogo entre campos distintos possibilita um jogo de trocas entre eles extremamente fecundo, por inserirem novos problemas, novas abordagens e, porque não, novas sínteses.

¹⁰ HESPANHA. *Nova História...*, pp. 366.

¹¹ Somente para citar três estudos clássicos sobre o modelo francês, indicamos ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985; LADURIE, E. L. *O Estado Monárquico*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994 e; TILLY, C. *Coerção, capital e Estados europeus (990-1992)*. São Paulo: Edusp, 1996.

